



Parlamentares interrogam PC no Quartel-General da PM: duas horas e meia de depoimento

Senador vai pedir que TCU investigue 3,5 mil sindicatos

Entidades receberam subvenções sociais do Orçamento destinadas a instituições filantrópicas

GUILHERME EVELYN

BRASÍLIA — Os 3.500 sindicatos que receberam subvenções sociais do governo nos últimos cinco anos, a maioria deles filiada à CUT, deverão ser alvo de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) por solicitação do senador Luiz Alberto (PTB-PR). O senador faz hoje essa sugestão à CPI do Orçamento que investiga a manipulação de verbas públicas. Segundo o senador, as subvenções, num total estimado em US\$ 800 mil a US\$ 1 milhão, foram liberadas contrariando a Lei 1.493 de 1951. Essa lei estabelece que os sindicatos não têm direito de receber verbas por não serem entidades filantrópicas de caráter assistencial ou cultural.

O senador vai propor à subcomissão de subvenções sociais da CPI que realize auditoria por amostra em dois sindicatos — um urbano e outro rural — de cada Estado. Sugere

também a quebra do sigilo bancário dos dirigentes dos sindicatos nos quais se verificar irregularidades. O senador quer apurar ainda o envolvimento dos parlamentares em eventuais desvios de recursos.

As destinações foram feitas pelos parlamentares sem aprovação da Comissão de Orçamento. Isso porque o dinheiro era rateado e cada parlamentar fazia a dotação sem nenhum critério. O resultado disso foram verbas entregues a entidades sem objetivos filantrópicos. Luiz Alberto prometeu apresentar hoje à CPI uma lista de cerca de 40 parlamentares que destinaram verbas a sindicatos. Na lista, aparece como campeão de liberações o deputado João Paulo (PT-MG). Embora proibido pelo partido de destinar subvenções, João Paulo beneficiou com emendas o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, do qual foi presidente. Outro deputado do PT, Agostinho Valente, enviou subvenção ao Sindi-

cato dos Jornalistas de Juiz de Fora (MG), embora a diretoria da entidade não a tivesse solicitado.

O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, apontado pelo senador como um dos que receberam subvenções, informou ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que a subvenção recebida em 1989, no valor de NCz\$ 2,291,00 (cerca de CR\$ 95 mil atualizados, segundo cálculo feito pelo Conselho

**AUDITORIA
DEVERÁ SER
FEITA POR
AMOSTRAGEM**

Nacional de Serviço Social), foi usada para cobrir gastos com o seu consultório odontológico — tratamento de 603 pessoas e pagamento de despesas de manutenção. Comprovou também ser cadastrado regularmente para receber subvenções sociais desde 1965, com base na Lei 4.320, de 1964. O atual presidente do sindicato e seus dois antecessores anteciparam-se e apresentaram pedido de quebra de sigilo bancário das suas contas para afastar qualquer dúvida sobre a possibilidade de desvio de verbas.